

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.634 - RJ (2019/0353750-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO PAULO
APÓSTOLO-ASSESPE
ADVOGADOS : CÉZAR ROBERTO BITENCOURT E OUTRO(S) - RS011483
GUILHERME D'ARROCHELLA LIMA SALLABERRY - RJ150173
MARIA DE LOURDES D'ARROCHELLA LIMA SALLABERRY -
RJ020906
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE
JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DA 9ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ
INTERES. : JULIANA CAMILA GOMES SIQUEIRA
ADVOGADOS : MARCOS CHEHAB MALESON - RJ100223
MARCELO GONÇALVES LEMOS - RJ092757

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE, COM A PERSONALIDADE DESCONSIDERADA, CUJOS BENS ESTÃO SOB CONSTRIÇÃO DO JUÍZO FALIMENTAR. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DETERMINADAS, TAMBÉM, PELO JUÍZO TRABALHISTA, DE BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. SUSTAÇÃO QUE SE IMPÕE. LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Associação Educacional São Paulo Apóstolo (ASSESPE) suscita o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ e Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ.

Noticia a suscitante que teve seus bens lacrados e sucessivamente indisponibilizados, no bojo da falência da GALILEO, em que igualmente se encontra em curso o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica da falida, tendente a perseguir a responsabilização da suscitante justamente a partir dos ativos já apanhados pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial, pelos débitos em nome da respectiva massa falida.

Nesse contexto, ressalta que, com o bloqueio falimentar que atualmente recai sobre eles, inviabilizaram-se, por completo, os atos de disposição dos imóveis da ASSEPE, assim como passou a ser impraticável qualquer expropriação que eventualmente seja

Superior Tribunal de Justiça

determinada por outro juízo.

Assevera que o Juízo laboral determinou a penhora no valor de R\$ 126.562,86 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos), bem como desconsiderou a sua personalidade jurídica a fim de alcançar o patrimônio de seu sócio, Sr. Ronald Guimarães Levinsohn.

Desse modo, foi penhorado "um imóvel localizado na Estrada do Rio Morto, 555 - Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro" (e-STJ, fl. 8).

Pugna, assim, pela concessão de tutela de urgência a fim de determinar o sobrestamento total e imediato da Reclamação Trabalhista n. 0010812-37.2014.5.01.0009, em trâmite na 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, ora em fase de cumprimento de sentença, designando, em caráter provisório, o Juízo universal para resolver eventuais medidas de urgência.

Por fim, requer o acolhimento do pleito ora formulado para declarar competente em definitivo o Juízo de Direito da 7ª Vara Empresarial da Capital do Rio de Janeiro "para que o mesmo, constituído os créditos trabalhistas na reclamação mencionada, com a consequente liquidação do valor de cada indenização, as inclua no quadro geral de credores para oportuno pagamento" (e-STJ, fl. 12).

Brevemente relatado, decido.

O quadro delineado pela suscitante justifica, ao menos neste exame perfunctório, o deferimento da medida urgente pleiteada, estando atendidos os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, caracterizado este pela determinação do Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ de expedição de mandado de citação, penhora e avaliação de bem imóvel da empresa (e-STJ, fl. 761), o qual encontra-se submetido à recuperação judicial.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, compete à Justiça do Trabalho apreciar e julgar os pedidos formulados em ações versando sobre apuração dos créditos individuais trabalhistas promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial - Lei 11.101/2005.

Superior Tribunal de Justiça

Ultrapassada, no entanto, a fase de apuração e liquidação dos referidos créditos trabalhistas, os montantes apurados deverão ser habilitados nos autos da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCESSAMENTO DEFERIDO. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ao Juízo Laboral compete tão-somente a análise da matéria referente à relação de trabalho, vedada a alienação ou disponibilização do ativo em ação cautelar ou reclamação trabalhista.

2. É que são dois valores a serem ponderados, a manutenção ou tentativa de soerguimento da empresa em recuperação, com todas as conseqüências sociais e econômicas daí decorrentes - como, por exemplo, a preservação de empregos, o giro comercial da recuperanda e o tratamento igual aos credores da mesma classe, na busca da "melhor solução para todos" -, e, de outro lado, o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos perante a justiça laboral.

(...) 4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal." (CC n. 112.799/DF, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 22/3/2011);

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO UNIVERSAL. EXECUÇÕES TRABALHISTAS. PROSSEGUIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AÇÕES DE CONHECIMENTO PROPOSTAS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO. PROSSEGUIMENTO ATÉ A APURAÇÃO DO CRÉDITO.

1. Há de prevalecer, na recuperação judicial, a universalidade, sob pena de frustração do plano aprovado pela assembléia de credores, ainda que o crédito seja trabalhista.

2. "Com a edição da Lei n. 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor" (CC 90.160/RJ, DJ de 05.06.2009).

3. As ações de conhecimento em trâmite na Justiça do Trabalho devem prosseguir até a apuração dos respectivos créditos. Em seguida, serão processadas no juízo universal da recuperação judicial as respectivas habilitações.

4. Conflito de competência conhecido para declarar - com as devidas ressalvas concernentes às ações de conhecimento trabalhistas - a

Superior Tribunal de Justiça

competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo - SP. (CC n. 103.025/SP, Relator o Ministro Fernando Gonçalves, DJe de 5/11/2009)

Desse modo, verificada a existência de decisões de Juízos distintos sobre o mesmo patrimônio, cujo titular foi formalmente submetido aos efeitos da falência, há de se reconhecer, em princípio, a caracterização do conflito, com prevalência da competência do juízo falimentar.

Ante o exposto, defiro a liminar pleiteada para determinar a imediata suspensão do julgado do Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, exarado no bojo da Reclamação Trabalhista n. 0010812-37.2014.5.01.0009, em fase de cumprimento de sentença, ficando designado o Juízo de Direito da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ para dirimir, em caráter provisório, as demais questões urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, comunicando-lhes o teor desta decisão e solicitando-lhes que prestem as necessárias informações, dentre outras, no prazo de 10 (dez) dias.

Ao Juízo em que se processa a falência, solicitam-se, em especial, informações atualizadas acerca do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica da falida, com expressa referência às pessoas físicas e jurídicas atingidas.

Após a juntada das informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator